REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

INFLUÊNCIAS DA COLONIALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

INFLUENCES OF COLONIALITY ON EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN RURAL AREAS: A CRITICAL ANALYSIS

INFLUENCIAS DE LA COLONIALIDAD EN LA EDUCACIÓN INFANTIL RURAL: UN ANÁLISIS CRÍTICO

Maria Jocélia Oliveira Furtado
Especialista em Linguagem e Educação pela Universidade Federal do Pará
E-mail: jocelia.of@gmail.com

Fábio Coelho Pinto
Doutor em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University - (VCCU), SEDUC-PA, Brasil
E-mail: profphabiopinto@gmail.com

Resumo

A Educação do Campo constitui um direito fundamental das populações que vivem em áreas rurais e demanda práticas pedagógicas que respeitem suas particularidades históricas, sociais e culturais. Contudo, observa-se que muitas escolas do campo ainda reproduzem modelos, ritmos e metodologias oriundos do meio urbano, o que resulta em um distanciamento significativo entre o cotidiano escolar e a realidade dos povos do campo. Essa desconexão repercute diretamente nas experiênc ias das crianças, influenciando seu desenvolvimento social, cultural e educativo. Diante disso, este estudo busca investigar como as pesquisas sobre Educação Infantil no Campo têm sido conduzidas no Brasil e quais enfoques teóricos e metodológicos têm predominado. Para tanto, foram analisadas produções disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Os achados evidenciam preocupações recorrentes relacionadas às condições estruturais das escolas rurais e à formação docente, frequentemente dependentes de recursos e orientações provenientes de centros urbanos, o que tende a desconsiderar e subestimar os saberes e a cultura das comunidades rurais. Os resultados apontam para a necessidade de práticas educativas que valorizem as especificidades do campo e incentivem perspectivas pedagógicas contextualizadas e culturalmente significativas.

Palavras-chave: Colonialidade; Infâncias do Campo; Educação do Campo.

Abstract

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

Rural Education is a fundamental right of populations living in rural areas and requires pedagogical practices that respect their historical, social, and cultural particularities. However, many rural schools still reproduce models, rhythms, and methodologies originating from urban contexts, resulting in a significant gap between school practices and the lived realities of rural communities. This disconnection directly affects children's experiences, influencing their social, cultural, and educational development. In this context, this study investigates how research on Early Childhood Education in rural settings has been conducted in Brazil and which theoretical and methodological approaches have predominated. To this end, academic works available in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and in the CAPES Theses and Dissertations Catalog were analyzed. The findings reveal recurrent concerns related to the structural conditions of rural schools and teacher education, which often depend on resources and guidance from urban centers—tending to overlook and undervalue the knowledge and culture of rural communities. The results highlight the need for educational practices that value the specificities of rural contexts and promote pedagogical perspectives that are contextualized and culturally meaningful.
Keywords: Coloniality; Rural Childhoods; Rural Education

Resumen

La Educación del Campo constituye un derecho fundamental de las poblaciones que viven en zonas rurales y exige prácticas pedagógicas que respeten sus particularidades históricas, sociales y culturales. Sin embargo, muchas escuelas rurales aún reproducen modelos, ritmos y metodologías propios de contextos urbanos, lo que genera una brecha significativa entre las prácticas escolares y la realidad de las comunidades rurales. Esta desconexión influye directamente en las experiencias de las niñas y los niños, afectando su desarrollo social, cultural y educativo. En este sentido, el presente estudio investiga cómo se han llevado a cabo las investigaciones sobre Educación Infantil en el Campo en Brasil y qué enfoques teóricos y metodológicos han predominado. Para ello, se analizaron producciones académicas disponibles en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) y en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES. Los hallazgos revelan preocupaciones recurrentes relacionadas con las condiciones estructurales de las escuelas rurales y la formación docente, que a menudo dependen de recursos y orientaciones provenientes de centros urbanos, lo que tiende a desconsiderar y subestimar los saberes y la cultura de las comunidades rurales. Los resultados señalan la necesidad de prácticas educativas que valoren las especificidades del campo y promuevan perspectivas pedagógicas contextualizadas y culturalmente significativas.
Palabras clave: Colonialidad; Infancias Rurales; Educación del Campo.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

1. Introdução

A Educação do Campo constitui um direito fundamental das populações que vivem em áreas rurais e deve ser concebida a partir do arcabouço cultural dessas comunidades, valorizando seus modos de vida, trabalho, costumes, tradições e lutas históricas por direitos. Isso inclui grupos extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares, sem-terra, assentados de reforma agrária, pescadores, entre outros. Dessa forma, a oferta da Educação do Campo precisa respeitar as especificidades históricas, sociais e culturais do meio rural.

No entanto, estudos indicam que muitas escolas rurais ainda reproduzem modelos, ritmos e metodologias das escolas urbanas. Silva, Pasuch e Silva (2012) destacam que isso ocorre, por exemplo, quando professores oriundos da zona urbana são realocados para escolas do campo, muitas vezes sem proximidade com o contexto local. Como consequência, essas instituições acabam se tornando cópias das escolas urbanas, sem oferecer conhecimentos significativos nem valorizar a identidade e as conquistas das comunidades locais.

A produção acadêmico-científica sobre Educação do Campo ainda é limitada. Araújo (2023), por exemplo, realizou um levantamento que não identificou estudos abordando o contexto cultural das crianças do campo com práticas educativas adequadas. Além disso, muitas famílias rurais optam por matricular seus filhos em escolas urbanas, frequentemente devido à falta de reformas, melhorias ou manutenção das escolas locais. Esse fenômeno evidencia mecanismos da colonialidade do poder, impostos por um sistema eurocêntrico que padroniza e subestima os povos do campo, enfraquecendo sua educação e impactando diretamente as infâncias rurais em suas práticas sociais e culturais.

Diante desse cenário, o presente estudo busca compreender como a Educação Infantil no Campo tem sido abordada na produção acadêmica, investigando os desafios e possibilidades relacionados às infâncias rurais em contextos historicamente marcados pela colonialidade. A pesquisa propõe-se a analisar a interface entre as experiências das crianças do campo e a educação que lhes é oferecida, destacando de que maneira essas questões têm sido discutidas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

na literatura científica.

Além desta introdução, o artigo apresenta os objetivos gerais desta pesquisa, em seguida o desenvolvimento metodológico, baseado em Morosini e Fernandes (2014), que detalham os passos para a construção do Estado do Conhecimento e a fundamentação teórica sobre decolonialidade, apoiada em autores como Quijano (2005), Maldonado-Torres (2007) e Mignolo (2007). As seções subsequentes concentram-se na análise dos estudos selecionados, organizadas em dois subitens: “Concepções de infâncias no contexto da Educação do Campo” e “Escolas do Campo e suas preposições”. Por fim, o trabalho apresenta as considerações finais, destacando contribuições e lacunas identificadas na literatura.

1.1 Objetivos Gerais

O presente artigo buscou investigar como a Educação Infantil no Campo tem sido abordada na produção acadêmica brasileira, analisando os desafios e possibilidades relacionados às infâncias rurais em contextos historicamente marcados pela colonialidade. Para isto, se fez necessário, identificar os enfoques teóricos e metodológicos predominantes nas pesquisas sobre Educação Infantil no Campo, examinar como as experiências das crianças do campo são consideradas nas práticas pedagógicas e na literatura científica, bem como, destacar lacunas e oportunidades para promover práticas educativas contextualizadas, culturalmente significativas e alinhadas às especificidades do meio rural.

2. Revisão da Literatura

2.1 Desenvolvimento Metodológico e um pouco de teoria

Este estudo fundamenta-se em uma análise bibliográfica do que já foi produzido sobre Educação Infantil no Campo, dialogando com debates

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

acadêmicos existentes e identificando trajetórias de pesquisa no cenário brasileiro. O método adotado é o Estado do Conhecimento, definido por Morosini e Fernandes (2014), que consiste na identificação, registro, categorização e síntese da produção científica em uma área específica ao longo de determinado período, permitindo uma visão crítica e organizada do conhecimento acumulado.

O primeiro passo da pesquisa consistiu na definição dos descritores a serem utilizados nas buscas: “Infâncias do Campo” e “Decolonialidade”. Para refinar os resultados, utilizou-se o operador booleano “AND”, devido à grande quantidade de publicações encontradas nos termos mais gerais. Não foi estabelecido um recorte temporal restrito, permitindo mapear a abrangência dos estudos desde a publicação de documentos nacionais que estruturam a Educação Infantil do Campo. A análise concentrou-se em trabalhos que abordassem a colonialidade em relação às infâncias do campo, tema emergente na literatura acadêmica.

As buscas foram realizadas nas seguintes bases: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), CAPES, ANPED (Grupos de Trabalho GT3, GT6 e GT7), SCIELO e Google Acadêmico, aplicando filtros para artigos revisados por pares. Na triagem inicial, foram encontrados mais de 1.000 trabalhos, dos quais 13 estudos foram selecionados por estarem alinhados aos objetivos da pesquisa. Após análise detalhada, seis trabalhos foram considerados mais relevantes, examinados quanto a referenciais teóricos, metodologias, ano de publicação, proposições apresentadas e resultados alcançados (Quadro 1).

Quadro 1 – Trabalhos selecionados para análise

Base	**Autores (ano)**	**Título**	**Tipo**
CAPES	Chaveiro; Minella (2021)	Infâncias decoloniais, interseccionalidades e desobediências epistêmicas	Artigo
BDTD	Andrade (2023)	Por uma educação transpessoal periférica: contribuições desde as infâncias de(s)coloniais	Dissertação
ANPED	Silva; Esteban (2023)	Movimentos decoloniais numa pesquisa com crianças: tecendo possibilidades	Resumo expandido
BDTD	Casallas (2020)	Educação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra: um espaço de resistência à colonialidade e seus mecanismos de poder	Dissertação

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

SCIELO	Farias; Faleiro (2020)	Educação dos povos do campo no Brasil: colonialidade/modernidade e urbanocentrismo	Artigo
Google Acadêmico	Fernandes (2024)	Atendimento e/ou acesso de crianças à Educação Infantil do/no Campo: revisão integrativa	Artigo

Fonte: Os autores (2025).

Os dados foram organizados seguindo a sistematização proposta por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), que prevê etapas de bibliografia anotada, categorizada e propositiva. Foram identificadas categorias centrais relacionadas às temáticas das pesquisas, permitindo analisar de forma estruturada os debates sobre as infâncias do campo e a educação que lhes é oferecida.

A análise dos trabalhos selecionados foi orientada pelos conceitos decoloniais, que explicam como o eurocentrismo se manifesta historicamente como força naturalizada, reforçando a dominação colonial sobre povos marginalizados, incluindo as populações do campo (Quijano, 2005; Maldonado-Torres, 2007). Esses grupos são frequentemente considerados subordinados à urbanidade, sendo analisados sob perspectivas de gênero, raça e classe. As crianças do campo, assim como os adultos, experienciam sensação de inferioridade em função do predomínio da cultura urbana, refletindo a colonialidade do ser, que afeta identidade, consciência e subjetividade.

No Brasil, a educação das populações rurais historicamente esteve associada à ideia de atraso e à precariedade dos espaços institucionais, evidenciando a herança colonial que privilegia o urbano em detrimento do campo. Segundo Ballestrin (2013), essa situação caracteriza a colonialidade da educação, marcada por urbanocentrismo, eurocentrismo e estruturas institucionais que reproduzem desigualdades.

Em resposta, a decolonialidade surge como proposta epistemológica e pedagógica que valoriza o ser humano e promove uma educação libertadora. Na Educação Infantil do Campo, a pedagogia decolonial integra práticas comunitárias, conhecimentos locais e novas tecnologias, permitindo que as crianças se apropriem de sua cultura e questionem práticas educacionais centradas exclusivamente na experiência urbana (Mignolo, 2007).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

Essa perspectiva fortalece a identidade social e cultural das crianças, valorizando saberes locais e promovendo práticas educativas contextualizadas, que atendam às necessidades cognitivas e afetivas, além de consolidar sua relação com o contexto cultural em que vivem (González, 1995; Freire, 1981). A partir desse entendimento, as análises dos trabalhos selecionados foram tecidas à luz das ideias decoloniais, evidenciando desafios e contribuições da Educação Infantil no campo.

2.2 Concepções de Infância no Contexto da Educação do Campo

As contribuições de Chaveiro & Minella (2021) e Andrade (2023) destacam a importância de compreender as infâncias rurais a partir de perspectivas decoloniais. Discutir a decolonialidade implica romper com abordagens teórico-epistemológicas conservadoras que relegam as crianças do campo à invisibilidade social. Nesse sentido, a **desobediência epistêmica**, conceito central de Mignolo (2007; 2008), se manifesta como a recusa em aceitar normas eurocêntricas e como prática de valorização das identidades locais.

Chaveiro e Minella (2021) realizaram observações participativas em eventos culturais voltados à valorização da estética negra, como marchas e encontros de empoderamento crespo. A análise da participação das crianças nesses espaços, evidencia como colonialismo, adultocentrismo, racismo e sexismo influenciam suas experiências, reforçando a necessidade de reconhecer as crianças como sujeitos sociais, culturais e de direito (Qvortrup, 1991; Noguera, 2019).

A decolonialidade, nesse contexto, busca superar legados do colonialismo, valorizando epistemologias locais e criando ambientes educativos em que conhecimentos tradicionais sejam tão relevantes quanto os ocidentais, promovendo reflexões sobre estruturas de poder e hegemonias culturais (Mignolo, 2007).

Andrade (2023) propõe tratar a infância como um fenômeno plural, identificando seis manifestações que vão do encantamento à potência, influenciadas por perspectivas africanas e indígenas. Essa abordagem enfatiza a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

integralidade do ser humano, a participação ativa dos alunos e a valorização das raízes culturais das comunidades. O uso do termo **"**infâncias**"** no plural reforça a diversidade das experiências infantis, que variam conforme o contexto social, econômico, cultural e geográfico.

A pedagogia participativa, segundo Formosinho (2007), deve possibilitar múltiplas experiências, promovendo liberdade, segurança e desenvolvimento integral das crianças. Espaços educativos que respeitam ritmos, interesses e vivências comunitárias fortalecem confiança, criatividade e senso de pertencimento, contribuindo para a construção de conhecimento coletivo (Ferreira et al., 2016; Larrosa, 2018).

A escola, enquanto espaço central de interação, deve oferecer currículo integrado com experiências lúdicas e culturais, promovendo educação autônoma e significativa (Gobbi, 2012). Nesse sentido, práticas decoloniais fortalecem a educação infantil no campo, valorizando saberes locais e resistindo a pressões excludentes.

Estudos recentes evidenciam desigualdades estruturais na Educação Infantil rural. Fernandes et al. (2024) e Farias e Faleiro (2020) apontam problemas relacionados a acesso, infraestrutura insuficiente, transporte inadequado e falta de formação docente. Esses obstáculos refletem a persistência da colonialidade/modernidade e do urbanocentrismo, impactando diretamente a qualidade da educação no campo.

Dados do INEP indicam redução de quase 10% nas matrículas da Educação Infantil em áreas rurais entre 2010 e 2022, evidenciando deslocamentos forçados para escolas urbanas percebidas como mais estruturadas. Apesar de recursos destinados à educação rural serem, em termos absolutos, superiores aos urbanos, a má distribuição compromete melhorias efetivas, perpetuando desigualdades históricas (Portaria Interministerial nº 1, 2024; Fernandes et al., 2024).

A colonialidade atua na negação da subjetividade dos povos campesinos, tratando crianças como objetos sem identidade e conhecimento, reforçando estereótipos e marginalização (Castro-Gómez, 2005; Quijano, 2005; Mignolo, 2005). Assim, a Educação do Campo precisa considerar essas condições

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

estruturais para promover inclusão, equidade e valorização das experiências locais.

Assim, a perspectiva decolonial implica que a Educação Infantil no campo deve: Valorizar saberes e práticas culturais locais; garantir participação ativa das crianças como sujeitos de direitos; adaptar currículo e metodologias aos contextos sociais e ambientais específicos; promover formação docente sensível às realidades rurais e à diversidade cultural; superar desigualdades estruturais que dificultam o acesso e a permanência escolar.

Dessa forma, a educação decolonial fortalece a identidade, o pertencimento e o desenvolvimento integral das crianças do campo, conectando teoria e prática pedagógica de maneira crítica e transformadora.

2.3 Escolas do Campo e suas Proposições

As pesquisas de Silva e Esteban (2023) e Casallas (2020) destacam a importância da participação ativa das crianças nos processos educativos, articulando essa participação a movimentos de resistência à pedagogia hegemônica. Em escolas do MST, por exemplo, práticas pedagógicas buscam enfrentar a colonialidade do poder, valorizando os saberes locais e promovendo autonomia infantil.

Silva e Esteban (2023), em estudo qualitativo com crianças e professores do Ensino Fundamental I, enfatizam que a inclusão das crianças em todas as fases do processo educativo favorece uma aprendizagem significativa e democrática. A escola é concebida como espaço de encontro, diversão, partilha e construção coletiva do conhecimento, respeitando interesses, ritmos e múltiplas linguagens das crianças (Cruz, 2017; Silva; Pasuch; Silva, 2012).

Casallas (2020) analisou experiências educativas em escolas rurais coordenadas pelo MST em Mato Grosso, identificando práticas que resistem à colonialidade e aos sistemas de poder que desconsideram os saberes locais. Em espaços como a Ciranda Infantil do MST, as crianças exploram suas potencialidades, criam brincadeiras, confeccionam brinquedos e relacionam o

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

aprendizado à vida comunitária, promovendo autonomia, engajamento e conscientização crítica (Rossetto; Silva, 2012; Rossetto, 2013).

Essas práticas evidenciam a transição da educação rural tradicional para uma Educação do Campo de caráter emancipador, que valoriza direitos, consciência de classe e justiça social.

A perspectiva de Paulo Freire (2005) fundamenta a educação do campo, defendendo uma abordagem dialógica, crítica e transformadora. Para Freire, o direito à educação de qualidade deve respeitar e valorizar os saberes individuais e coletivos, promovendo liberdade, autonomia e construção coletiva do conhecimento.

Práticas pedagógicas inspiradas na educação popular e na decolonialidade visam: garantir participação ativa das crianças; integrar saberes locais ao currículo; fortalecer a relação entre escola, comunidade e família; promover aprendizado significativo e autônomo.

Embora os documentos curriculares reconheçam a criança como protagonista, pesquisas indicam que essa diretriz ainda é pouco efetiva na prática (Pimentel, 2019). Problemas estruturais como falta de infraestrutura, transporte inadequado e formação docente insuficiente comprometem o desenvolvi mento integral das crianças e perpetuam desigualdades históricas (Fernandes et al., 2024; Farias; Faleiro, 2020).

A Educação do Campo, portanto, requer políticas públicas que: valorizem experiências locais e saberes tradicionais; garantissem melhores condições de trabalho e formação docente; superem barreiras estruturais que limitam o acesso e permanência das crianças na escola. Essa abordagem fortalece a educação infantil rural, conectando teoria e prática de forma crítica, decolonial e transformadora.

3. Considerações Finais

Embora a pesquisa tenha contemplado diversas bases, como BDTD, CAPES,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

SCIELO, ANPED e Google Acadêmico, e identificado um número significativo de estudos sobre a Educação Infantil do Campo, o objetivo central foi compreender os desafios e perspectivas dessa modalidade educativa. A análise revela que grande parte das pesquisas é recente e concentrada em universidades das regiões Sul e Sudeste, com poucas iniciativas no Nordeste, evidenciando lacunas significativas em outras regiões do país.

Os estudos revisados compartilham um referencial decolonial, valorizando os direitos e experiências das populações rurais frente às estruturas de colonialidade. Além disso, destacam a complexidade da vida das crianças no campo, considerando diferentes contextos e experiências, e reforçam a importância de compreender a infância como um período singular, com dimensões coletivas, históricas e culturais. A sociologia da infância surge como ferramenta essencial para reconhecer as crianças como sujeitos ativos, portadoras de direitos e participantes da construção social, resistindo a perspectivas adultocêntricas ou à comparação com a infância urbana.

As abordagens decoloniais valorizam saberes locais e confrontam estruturas de opressão herdadas do colonialismo. A perspectiva freiriana, com seu foco em processos dialógicos de ensino-aprendizagem, oferece fundamentos teóricos e práticos para questionar relações de poder que historicamente excluem as populações rurais. Experiências como as promovidas pelo MST, por meio da Ciranda Infantil, ilustram práticas educativas que aliam liberdade, autonomia e criatividade, respeitando os ritmos familiares e as singularidades das crianças, fortalecendo a diversidade cultural e epistemológica.

Ainda assim, persistem desafios estruturais, como a insuficiência de infraestrutura escolar e a formação inadequada de professores. Políticas públicas voltadas às especificidades rurais permanecem limitadas, resultando em escolas com recursos insuficientes, o que impacta profissionais, crianças e comunidades. Embora a análise detalhada dessas políticas não tenha sido o foco, permanece a questão sobre sua eficácia na promoção de igualdade e valorização da Educação Infantil do Campo, indicando a necessidade de estratégias que emergem das próprias experiências rurais.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

A Educação do Campo transcende a elaboração de políticas; enfrenta o desafio de combater a colonialidade que condiciona indivíduos e comunidades a negligenciar seus direitos e particularidades. Apesar de avanços na perspectiva decolonial, essas estruturas permanecem fortes, reforçadas pela escassez de pesquisas e pela implementação insuficiente de políticas públicas voltadas às crianças do campo.

Diante disso, é urgente ampliar a produção científica que explore desigualdades históricas e estruturais, garantindo o direito a uma educação equitativa para todos, especialmente para crianças em áreas rurais. Este estudo contribui para o aprofundamento de debates sobre invisibilidade e exclusão dessas comunidades, evidenciando a necessidade de práticas educativas participativas e decoloniais. Ao promover reconhecimento, liberdade e protagonismo, tais iniciativas fortalecem a construção de uma sociedade mais justa, democrática e emancipada.

Referências

ANDRADE, A. S. Por uma educação transpessoal periférica: contribuições desde as infâncias de(s)coloniais. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/51413. Acesso em: 26 nov. 2025.

ARAÚJO, L. R. O contexto cultural das crianças em suas experiências com a linguagem escrita na educação infantil do campo. 2023. Monografia (Graduação) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Rio Grande do Norte.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004. Acesso em: 26 nov. 2025.

CASALLAS, Y. M. S. Educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: um espaço de resistência à colonialidade e seus mecanismos de poder. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso. Disponível em: https://ri.ufmt.br/handle/1/3978. Acesso em: 26 nov. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

CHAVEIRO, M. M. R. S.; MINELLA, L. S. Infâncias decoloniais, interseccionalidades e desobediências epistêmicas. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 7, n. 1, p. 99–117, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv. Acesso em: 26 nov. 2025.

CRUZ, S. H. V.; MARTINS, C. A. Políticas públicas e a voz das crianças. LaPlage em Revista, v. 3, n. 1, p. 8–21, 2017. https://doi.org/10.26894/laplage.v3i1.229.

FARIAS, M. N.; FALEIRO, W. Educação dos povos no Brasil: colonialidade/modernidade e urbanocentrismo. Educação em Revista, v. 36, p. 1–21, 2020. https://doi.org/10.1590/0102-4698216229.

FERNANDES, P. S. R.; SANTOS, R. B.; BAHIA, B. C. M.; NASCIMENTO, S. Atendimento e/ou acesso de crianças à educação infantil do/no campo. Cadernos da FUCAMP, v. 26, p. 99–120, 2024. Disponível em: https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3311. Acesso em: 26 nov. 2025.

FERREIRA, A. L.; SILVA, S. C. R.; SILVA, S. C. R. Psicologia transpessoal: histórias, conquistas e desafios. Recife, PE: Editora UFPE, 2016.

FORMOSINHO, J. Pedagogias da infância: reconstruindo uma práxis de participação. In: FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs.). Pedagogias da Infância: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007. p. 13–36.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDAO, C. R. (Org.). Pesquisa Participante. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1981. p. 34–41.
FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Paz e Terra, 2005.

GOBBI, M. Linguagens múltiplas de crianças e a prática da educação infantil. In: **Anais Currículo em Movimento**. Belo Horizonte, MG, 2012.

GONZÁLEZ, S. B. Modernização e disciplina: a formação do cidadão entre espaços públicos e privados. In: GONZÁLEZ, S. B. (Org.). **Esplendores e desafios do século XIX. Cultura e sociedade na América Latina**. Caracas, VE: Monte Ávila Editores, 1995.

LARROSA, J. **Tremores: reflexões sobre experiência e aprendizado**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2018. v. 3, n. 1.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

MALDONADO-TORRES, N. Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento conceitual. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). **O giro decolonial: reflexões para uma diversidade epistêmica além do capitalismo global**. Bogotá, CO, 2007. p. 127–167.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade na totalidade: o hemisfério ocidental e o horizonte da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, AR: Clacso Editora, 2005.

MIGNOLO, W. Epistêmica desobediente: alternativas descoloniais e a construção da identidade política. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 34, p. 287–324, 2008. Disponível em: http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf. Acesso em: 26 nov. 2025.

MIGNOLO, W. Pensamento decolonial: desprendimento e abertura de um manifesto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá, CO, 2007. p. 25–46.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. Estado do conhecimento: conceitos, objetivos e interlocuções. **Educação por Escrito**, v. 2, n. 5, p. 154–164, 2014.

MOROSINI, M.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. **Estado do conhecimento: fundamentos e práticas**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

NOGUERA, R. A força da infância: espiritualidade e política sob perspectiva afro. **Momento: diálogos em educação**, v. 1, n. 28, p. 127–142, 2019.

PIMENTEL, E. R. **Educação Infantil do Campo e o Currículo: experiências e oportunidades para as crianças**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

PORTARIA INTERMINISTERIAL no 1, de 23 de fevereiro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/legislacao/2024/portaria-interm-no-1-de-23-de-fevereiro-de-2024.pdf/view. Acesso em: 26 nov. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, AR: Clacso, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 26 nov. 2025.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/11/2025 - **Accepted:** 30/11/2025
Vol: 21.01
DOI: 10.61164/jh1k1078
Pages: 1-15

QVORTRUP, J. Infância como fenômeno social: introdução a uma série de relatórios nacionais. Viena: European Centre, 1991.

RESOLUÇÃO n. 1, de 3 de abril de 2002. Estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 nov. 2025.

RESOLUÇÃO n. 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 26 nov. 2025.

RESOLUÇÃO n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 26 nov. 2025.

ROSSETTO, E. R. A.; SILVA, F. T. S. Brincadeiras e cantos na infância do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). Enciclopédia da Educação Rural. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012. p. 127–130.

ROSSETTO, E. R. A. Crianças do campo em movimento: ludicidade e resistência na Reforma Agrária. In: SILVA, I. O.; SILVA, A. P. S.; MARTINS, A. A. (Orgs.). Infâncias rurais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. Documento curricular do Estado do Rio Grande do Norte: educação infantil. Natal, RN, 2018. Disponível em: http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec/DOC/DOC000000000190572.PDF. Acesso em: 26 nov. 2025.

SILVA, A. P. S.; PASUCH, J.; SILVA, J. B. Educação Infantil do Campo. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

SILVA, I. O.; SILVA, A. P. S.; MARTINS, A. A. (Orgs.). Infâncias do Campo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SILVA, L. R. G. M.; ESTEBAN, M. T. Movimentos decoloniais numa pesquisa com crianças: tecendo possibilidades. In: Anais da 41ª Reunião Nacional. Manaus, 2023. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_47_34. Acesso em: 26 nov. 2025.